

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

- 1) Em ato administrativo de nomeação para cargo público, devidamente publicado em Diário Oficial, constatou-se que o nome do destinatário do ato de provimento saiu grafado incorretamente. Diante de tal situação e sabendo-se que não há outros vícios no ato administrativo, a Administração deverá promover sua:
- (A) anulação.
 - (B) convalidação.
 - (C) conversão.
 - (D) revogação.
 - (E) cassação.
-
- 2) Quando um agente público comete ato de improbidade, sabe-se que:
- (A) se trata de servidor público estatutário ou celetista, admitidos mediante concurso público, não sendo indispensável a comprovação de conduta dolosa para aquela configuração.
 - (B) para sua condenação é indispensável a comprovação de dolo, independentemente da modalidade em questão.
 - (C) o terceiro que tiver participado, induzido ou concorrido para a prática do ato poderá sofrer as sanções previstas na mesma lei.
 - (D) agiu com a reprovável quebra de confiança, configurando dolo presumido, o que enseja condenação por ato de improbidade.
 - (E) sua conduta culposa é suficiente para aplicação de algumas penalidades acessórias, mas não admite a tipificação como uma modalidade individualizada de ato de improbidade.
-

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

- 3) O Art. 106 da Constituição Federal estabelece que são órgãos da Justiça Federal:
- (A) Os Tribunais Regionais Federais e os Juízes Federais.
 - (B) O Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Regionais Federais.
 - (C) O Superior Tribunal de Justiça e os Tribunais Regionais Federais.
 - (D) O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Regionais Federais.
 - (E) Somente os Tribunais Regionais Federais.
-
- 4) A Constituição Federal assegura aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:
- (A) 65 anos de idade, se homem, e 62 anos de idade, se mulher, observado tempo mínimo de contribuição.
 - (B) 65 anos de idade, se homem, e 63 anos de idade, se mulher, observado tempo mínimo de contribuição.
 - (C) 65 anos de idade, se homem, e 64 anos de idade, se mulher, observado tempo mínimo de contribuição.
 - (D) 65 anos de idade, se homem, e 61 anos de idade, se mulher, observado tempo mínimo de contribuição.
 - (E) 65 anos de idade, se homem, e 60 anos de idade, se mulher, observado tempo mínimo de contribuição.
-
- 5) Em relação aos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) é livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.
- (B) é plena a liberdade de associação para fins ilícitos, vedada a de caráter paramilitar.
- (C) não é garantido o direito de propriedade.
- (D) a propriedade não atenderá a sua função social.
- (E) é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

- 6)** Segundo a Lei de Introdução às Normas do direito Brasileiro – LINDB, é correto afirmar:
- (A) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente promulgada.
 - (B) Se antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto destinada a correção, ainda que mantida a *vacatio legis*, o início de sua vigência ocorrerá no dia da nova publicação.
 - (C) A correção a texto de lei em vigor não é considerada lei nova.
 - (D) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes, a equidade e os princípios gerais do direito.
 - (E) A obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia nos Estados estrangeiros três meses depois de sua publicação oficial.
-
- 7)** Com relação à prescrição, é correto afirmar:
- (A) Admite-se apenas a renúncia expressa à prescrição.
 - (B) Não pode ser declarada de ofício.
 - (C) Os prazos de prescrição podem ser alterados, mas desde que por acordo expresse.
 - (D) Iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.

- (E) Não corre contra os relativamente incapazes.

NOÇÕES DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 8)** Constitui uma exceção à característica inerte da jurisdição:
- (A) ação possessória tendo por objeto bem público.
 - (B) habeas data.
 - (C) restauração de auto.
 - (D) ação popular.
 - (E) mandado de injunção.
-
- 9)** Segundo disposição do Código de Processo Civil, é correto afirmar que, inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte será de:
- (A) 10 dias.
 - (B) 24 horas.
 - (C) 5 dias.
 - (D) 48 horas.
 - (E) 8 dias.
-
- 10)** De acordo com a Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal, é correto afirmar que nas ações previdenciárias e relativas à assistência social, havendo designação de exame, serão as partes intimadas para apresentar quesitos e indicar assistentes no prazo de:
- (A) 10 dias.
 - (B) 8 dias.
 - (C) 5 dias.
 - (D) 3 dias.

(E) 20 dias.

11) De acordo com o Código de Processo Civil, são condições da ação:

- (A) Contestação e sentença de mérito.
- (B) Contestação e sentença.
- (C) Audiência de conciliação e contestação.
- (D) Legitimidade e interesse de agir.
- (E) Possibilidade jurídica do pedido, legitimidade, jurisdição.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

12) Acerca dos princípios que limitam e informam o Direito Penal, assinale a afirmativa correta.

- (A) O princípio da insignificância diz respeito aos comportamentos aceitos no meio social.
- (B) A conduta da mãe que autoriza determinada enfermeira da maternidade a furar a orelha de sua filha recém-nascida não configura crime de lesão corporal por conta do princípio da adequação social.
- (C) O princípio da legalidade não se aplica às medidas de segurança, que não possuem natureza de pena, tanto que somente quanto a elas se refere o art. 1º do Código Penal.
- (D) O princípio da lesividade impõe que a responsabilidade penal seja exclusivamente subjetiva, ou seja, a conduta penalmente relevante deve ter sido praticada com consciência e vontade ou, ao menos, com a inobservância de um dever objetivo de cuidado.
- (E) Princípio do “ne bis in idem” significa que todos são iguais perante a lei.

13) Pedro Paulo, primário e de bons antecedentes, foi denunciado pelo crime de descaminho (Art. 334, caput, do Código Penal), pelo transporte de mercadorias procedentes da Guiana Francesa e desacompanhadas de documentação comprobatória de sua importação regular, no valor de R\$ 3.500,00, conforme atestam o Auto de Infração e o Termo de Apreensão e Guarda Fiscal, bem como o Laudo de Exame Merceológico, elaborado pelo Instituto Nacional de Criminalística.

Em defesa de Pedro Paulo, segundo entendimento dos Tribunais Superiores, é possível alegar a aplicação do:

- (A) princípio da proporcionalidade.
- (B) princípio da culpabilidade.
- (C) princípio da adequação social.
- (D) princípio da insignificância ou da bagatela.
- (E) princípio da reserva legal.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

14) Dispõe o art. 100, § 4º do Código Penal: no caso de morte do ofendido ou de ter sido declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa em sede de ação penal privada:

- (A) extingue-se, assim como a punibilidade.
- (B) extingue-se, mas a ação penal pode ser instaurada por denúncia do Ministério Público.
- (C) passa ao descendente, apenas.
- (D) passa ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- (E) pode ser exercido por procurador com poderes especiais.

15) Praticada infração penal de menor potencial ofensivo, o Ministério Público apresenta

proposta de transação penal ao autor dos fatos que não possui advogado constituído. Na presença do Defensor Público e, com a concordância de ambos, a proposta de aplicação imediata da pena de multa é homologada pelo Juiz, com redução de um terço. Após o trânsito em julgado, o autor da infração penal não cumpre o estabelecido na transação penal, apesar de regularmente intimado. Em face do descumprimento, o Ministério Público oferece denúncia contra o autor da infração penal perante o Juízo comum. A Defensoria Pública postula a rejeição da denúncia em face do trânsito em julgado da decisão que homologou a transação penal. Sobre o tema, é correto afirmar:

- (A) Falta justa causa para o exercício da ação penal, pois o Ministério Público, ao fazer a proposta de transação penal, dispôs da persecução penal em razão das condições pessoais do autor da infração e do menor potencial ofensivo da infração cometida.
- (B) A homologação da transação penal faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, ao Ministério Público cabe executar a pena de multa.
- (C) A homologação da transação penal não faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia.
- (D) A homologação da transação penal tornou a denúncia manifestamente inepta, faltando justa causa para o Ministério Público dar continuidade à persecução penal mediante oferecimento de denúncia.
- (E) Falta justa causa para o exercício da ação penal em face da extinção da punibilidade do autor da infração penal.

16) Nos termos do art. 107 do Código Penal, extingue-se a punibilidade:

- (A) Pela anistia, mas não pela graça ou indulto.
- (B) Pelo perdão aceito, nos crimes de ação penal pública.
- (C) Pela prescrição e decadência, mas não pela preempção.
- (D) Pela retroatividade da lei que não mais considera o fato criminoso.
- (E) Pela retratação do agente, em qualquer delito contra o patrimônio.

17) Nos crimes de ação penal pública incondicionada, a ação será promovida por:

- (A) representação de parentes da vítima.
- (B) requerimento do ofendido.
- (C) petição de um advogado
- (D) requisição do Ministro da Justiça
- (E) denúncia do Ministério Público

NOÇÕES DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

18) Aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado, é segurado obrigatório da Previdência Social como:

- (A) empregado.
- (B) empregado doméstico.
- (C) contribuinte individual.
- (D) trabalhador avulso.
- (E) segurado especial.

19) São segurados obrigatórios da Previdência Social, como empregado doméstico:

- (A) aquele que presta serviço de natureza contínua, no âmbito comercial, em atividades sem fins lucrativos.
- (B) aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito

residencial desta, em atividades sem fins lucrativos.

- (C) aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades com fins lucrativos.
- (D) aquele que presta serviço somente a empresa.
- (E) aquele que presta serviço de natureza contínua a família ou a empresa.

Rascunho:

20) João, pessoa física, reside em imóvel rural, exerce a atividade de pescador artesanal, em regime de economia familiar, e faz da pesca profissão habitual e principal meio de vida.

João é segurado obrigatório da Previdência Social como:

- (A) empregado.
- (B) empregado doméstico.
- (C) contribuinte individual.
- (D) trabalhador avulso.
- (E) segurado especial.

NOME DO CANDIDATO:

CPF:

PREZADO(A) CANDIDATO(A), MARCAR COM “X” A ALTERNATIVA QUE CONSIDERAR CORRETA PARA CADA QUESTÃO.

QUESTÕES MARCADAS COM MAIS DE UMA ALTERNATIVA SERÃO AUTOMATICAMENTE ANULADAS.

GABARITO PARA PREENCHIMENTO

	A	B	C	D	E
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					

